

Teatro construído em prédio do século XIX

SÃO MATEUS

Os amantes de um bom espetáculo teatral devem se alegrar. É que o município de São Mateus, no Norte do Estado, vai ganhar um novo teatro municipal.

Um casarão abandonado no Sítio Histórico Porto de São Mateus vai abrigar o novo teatro. O prédio, que foi construído em 1845, faz parte do patrimônio histórico municipal e foi escolhido pelo gover-

DEAN NONATO



CASARÃO que vai abrigar o teatro

no do Estado, em parceria com a prefeitura.

As obras vão começar em janeiro de 2014 e durar dois anos. Os recursos serão do governo do Estado através da Secretaria de Estado da Cultura, mas ainda não há definição do valor para as obras.

O novo teatro terá capacidade para 400 pessoas, além de contar com salas para camarim, banheiros e salas para ensaios.

A secretária de Cultura de São Mateus, Lea Marcia Amorim de Freitas, informou que a prefeitura entrará com uma contrapartida, mas os valores ainda não foram definidos.

A secretária disse que também serão realizadas obras na ladeira de acesso ao futuro teatro, além de ser reformado o antigo Teatro Largo do Chafariz, localizado na parte leste do sítio histórico.

“A intenção é preparar tudo para começarmos o ano com o festival regional de teatro. Ainda não temos data para isso, mas o prefeito garantiu que o Festival Nacional de Teatro vai voltar”, revelou.

Segundo a secretária, o local já abrigou um espaço cultural no começo do século e agora vai se tornar o maior teatro do interior do Espírito Santo.

Prefeito quer evitar demolição

O prefeito de Anchieta, Marcos Vinicius Doelinger Assad, informou, por meio de sua assessoria de imprensa, que a gestão atual não recebeu comunicado nem intimação oficial sobre a retirada dos quiosques da orla de Anchieta, Sul do Estado.

Ainda segundo a nota, o prefeito diz que vai tomar as medidas cabíveis para impedir que ocorra a de-

molição. Conforme publicado ontem no jornal **A Tribuna**, o Ministério Público Federal no Espírito Santo (MPF-ES) quer a retirada dos quiosques irregulares das praias de Ubu, Parati, Castelhanos e Iriri.

O MPF-ES requereu à Justiça Federal a execução da sentença que determinou a demolição dos quiosques irregulares.